

A COMPLEXIDADE COMO MÉTODO DE COMPREENSÃO DA PAISAGEM: A PARALAXE ENTRE O SER HUMANO E A NATUREZA

Luiz Henrique de Oliveira Santos. Mestre em Geografia (UFJF)

luizserrafina@hotmail.com

Vicente Paulo dos Santos Pinto. Professor Associado do Departamento de Geografia
(UFJF) vicente.pinto@ufjf.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre os aspectos da categoria paisagem em alguns momentos da Geografia, para alinhar o conceito dentro de um pensamento complexo. Para se chegar ao resultado foi realizada uma revisão bibliográfica do conceito de paisagem, além de um aprofundamento sobre a relação do ser humano com a natureza para estabelecer uma base conceitual sobre estes dois temas presentes na discussão sobre paisagem. Chegou-se à conclusão que, através da complexidade, é possível utilizar um conceito de paisagem polissêmico com duas entradas, mas temporalidades diferentes: uma do tempo da natureza (física) e outra do tempo humano (antropossocial). A paisagem é o resultado da paralaxe dos movimentos multitemporais dessas duas entradas, que são captadas por um observador.

Palavras-chave: Paisagem, método, ser humano, natureza.

INTRODUÇÃO

A relação ser humano/natureza é tema da ciência, desde as raízes filosóficas. O movimento do ser humano, perante o contexto natural, levanta questionamentos sobre o homem como um ser especial, abençoado por divindades e dotado de características teleológicas em sua existência. As perguntas levaram os antigos filósofos gregos a estabelecerem essa relação em modelos filosóficos, como os expressos pela ideia de mundo ideal de Platão e materialidade de Sócrates.

Como o renascimento da ciência e o surgimento das análises, com objetivo de estabelecer as leis gerais que explicassem a natureza do universo, vários pensamentos dos gregos foram retomados. A relação ser humano/natureza entra na pauta das questões investigadas. Porém, a relação apresenta dificuldades, pois não era possível criar um método que seguisse os modelos estabelecidos para quantificar e metrificicar essa relação. Nem mesmo, era possível compreender quem era o objeto.

A discussão perdura até a atualidade, porém, a fragmentação da ciência reduziu o objeto em partes, as quais foram apropriadas pelas respectivas ciências, retirando a possibilidade da compreensão, não apenas do todo, mas de compreender como as partes se relacionam com a totalidade.

A Geografia, como campo científico, busca categorizar, de forma sucinta, a relação ser humano/natureza, para consolidar seus métodos. Este trabalho apresenta uma

proposta metodológica de análise da relação entre o ser humano e a natureza, com a paisagem como princípio lógico.

O SER HUMANO E A NATUREZA - DA TOTALIDADE À DICOTOMIA

As primeiras reflexões sobre a relação ser humano-natureza que se tem conhecimento são da Grécia antiga, com o conceito grego de *physis*. A *physis* transcendia os conceitos de natureza e alcançava conotações que envolviam planos metafísicos, como, por exemplo, a casa dos deuses.

Basicamente, a palavra *physis* chegou até nós com o sentido de natureza, visto que as línguas modernas herdaram a tradução latina *natura*. Mas a dimensão de nossa Natureza não consegue compreender o significado de *physis* na forma que foi entendida e utilizada pelos gregos antigos. [...] é comum, em nossos dias, contrapor a natureza ao psíquico, ao espiritual, quando para os pré-socráticos a *physis* exprimia o todo existente, a totalidade do real, desde as coisas materiais, ao mundo dos deuses (KOIKE, 1999, p. 167-168).

Dentro das perspectivas filosóficas, para Platão, a materialidade das coisas é apenas uma representação de um mundo ideal e perfeito, enquanto para Aristóteles, a materialidade é a realidade das coisas (PLATÃO, 2013). Apesar de serem os mais influentes no pensamento moderno, outros filósofos como Estrabão e Heródoto também tiveram uma percepção sobre natureza, que, apesar de parecer uma corologia ou simples descrição da natureza, refletem a realidade dos gregos sobre a investida dos romanos em uma disputa pelo território balcânico (CLAVAL, 2006). Segundo Rodrigues & Rodrigues (2014), Tales, Parmênides e Zenão são precursores da ideia de separação entre ser humano e natureza.

Em um contexto moderno, a relação ser humano/natureza aparece dentro de uma perspectiva de ciência em um contexto iluminista. O ser humano, dotado de conhecimento e de sabedoria, tinha, por funcionalidade, desvendar a externalidade corpórea. Para isso, era necessário estabelecer métodos que apresentassem a realidade ontológica da natureza e dos fenômenos, através da experimentação.

A busca por verdades ocultas que formavam as leis da natureza sempre expressas em linguagem matemáticas criou um ser humano/sujeito, que observa, metrifica, quantifica e espacializa. Do outro lado está a natureza/objeto, uma figura frágil, esperando para ser descoberta e usufruída em totalidade.

O contexto científico esboçado criou a ideia do sujeito subjetivo. Como a natureza era dotada de características próprias, independente do sujeito que a observa, o cientista, para chegar ao máximo de suas análises, deveria abstrair o objeto de estudo de qualquer coisa que pudesse levá-lo ao erro em suas afirmações. E o que mais poderia atrapalhar sua pesquisa eram os conceitos preestabelecidos pela vivência cultural e social. O pesquisador, para alcançar o requisito básico de sua predisposição científica, deve abdicar de toda a construção sociocultural. A cultura atrapalha em sua abstração.

Para Francis Bacon apresenta o método científico baseado na observação, o qual, através da percepção do evento pela sensibilidade (sensibilização), leva às análises que medem (metrificação) e quantificam (quantificação) o evento. Galileu acrescentou dois tópicos ao método de Bacon. A repetição e a generalização também deveriam acontecer para criar uma lei que se adequasse a todo tipo de evento. (MOREIRA, 2012).

Já Kant apresentou uma visão mais sensível e acrescenta a espacialidade aos eventos. Na busca por uma ciência mais intuitiva, apresentou o espaço e o tempo como extensões dos objetos. Esses são apenas percebidos pela sensibilidade humana, mas não têm suas características reais apresentadas. O tempo e o espaço têm características distantes de um conceito empírico, sendo o espaço ligado às condições da possibilidade dos fenômenos e o tempo à simultaneidade ou à sucessão. O filósofo chega a questionar fundamentos da metafísica como científicos e indaga sobre a possibilidade da criação de uma ciência de análise “*a priori*”, na qual, os predicados não estariam ligados, diretamente, ao sujeito. Kant questiona a criação de axiomas para um *organon* científico na disciplina que propõe, chamada de Estética Transcendental e, também, alinha conceitos como a dialética sofista e a metafísica. (KANT, 2001)

Ademais, quando conclui o seu pensamento sobre a natureza, descreve o seguinte:

Entendemos por Natureza (no sentido empírico) o encadeamento de fenômenos entrosados no que diz respeito à sua existência, por regras necessárias, isto é, por leis. São, pois, certas leis e leis “*a priori*” que, antes de tudo, possibilitam uma Natureza; as leis empíricas não podem ocorrer nem serem descobertas a não ser por meio da experiência, mas de conformidade com essas leis primitivas, sem as quais a experiência seria, em si, impossível (KANT, 2001, p. 189).

Outro que descreve o conceito de natureza é Marx. Segundo Schmidt (1977), para Marx, a natureza é uma extensão do metabolismo humano, ficando por conta, através do trabalho, de se apropriar da primeira natureza e transformá-la em uma

segunda natureza. Segundo Smith (1988), ao analisar Schmidt, o autor consegue colocar Marx com suas ideias, entre Kant e Hegel.

Para Smith (1988), a Revolução Industrial foi primordial para a concepção de natureza da atualidade. Uma dicotomia entre duas percepções.

De um lado, a natureza é externa, uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva, criada por Deus, autônoma; é a matéria-prima na qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo industrial frequentemente faz recuar. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social. Por outro lado, a natureza é, também, claramente concebida como universal. Ao lado da natureza exterior, nós temos a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais, quanto os aspectos ditos "externos" da natureza (SMITH, 1988, p. 28).

Porém, a inconsistência do termo natureza cria dificuldades no método científico. Quando a ciência busca realizar uma análise da natureza está se referindo a que? A solução obtida pelos campos científicos é transformá-la em algo polissêmico e o termo é adaptado a cada realidade filosófica, problema que gera interpretações difusas sobre o conhecimento.

DEBATE CONCEITUAL NA GEOGRAFIA

Como questionar a relação do ser humano com a natureza? Como a Geografia pode atribuir significado à natureza sem cair em uma armadilha epistemológica? Cabe à Geografia e ao geógrafo estabelecer formas de trabalho e de desenvolver estudos. Assim surge o método.

Segundo Moreira (2012), a expressão mais acabada da ciência é o método. É o caminho que conduz ao conhecimento. A chave para o método é a categoria, que, no caso, é o conceito em ação. A Geografia tem como bases categóricas o espaço, o território e a paisagem, que são os princípios lógicos e orientam o conhecimento. O autor busca organizar o pensamento, orientando o método da seguinte forma: a paisagem é o ponto de partida, por expressar a percepção do ser humano do mundo, seguido pelo território, com a localização e a distribuição do(s) sujeito(s) na paisagem, por fim, o espaço é o resultado final.

Apesar de, na atualidade, haver uma forte tendência de estabelecer a Geografia entre a relação ser humano/natureza, há uma divisão na Geografia que deriva, desde a proposição de Kant, em estabelecer dois tipos de métodos para abranger campos ainda

não categorizados. O pensamento de Kant buscou uma ampliação do conhecimento, mas acabou se tornando o precursor da divisão da ciência. Assim, a Geografia, historicamente e metodologicamente, ficou dividida em duas linhas, devido ao tensionamento histórico de alguns movimentos.

A estrutura do método, baseado na formação do campo científico, junto com a influência das linhas de pensamentos de determinados países, com destaque à Alemanha e à França, resultaram na manifestação da Geografia em duas vertentes: a Geografia Física e a Geografia Humana. Uma herança da ciência reducionista colocou esses dois campos de forma dicotômica. A longa herança histórica deixada pelas experiências geográficas na Europa, principalmente na contraposição da Geografia Física alemã, com a Geografia Cultural francesa, criou alguns debates epistemológicos. A divisão metodológica dos campos da Geografia deixou distante alguns assuntos. Trabalhar a Geografia Física em uma abordagem marxista é uma ousadia, assim como trabalhar a Geografia Humana em uma abordagem naturalista, o que, para o consenso da maioria, se transforma em determinismo.

Mesmo assim, a pergunta continua: como trabalhar uma abordagem, que consiga compreender uma relação espacial, tanto em abrangência física, quanto em abrangência humana? Existe um método que contemple ambas?

Não há a necessidade de transformar determinados assuntos em intocáveis. Fazer uma regionalização, considerando os aspectos humanos como influência da natureza nas populações locais tornou-se um campo delicado a ser explorado. Não se pode afirmar que a natureza determinará o futuro daquelas populações, mas, também, não se pode negar a influência da natureza ao proporcionar uma base para o estabelecimento das relações territoriais das populações. É através das relações das sociedades com a natureza, que se estabelecem territórios nos geossistemas, que são manifestados pela percepção, através da formação de paisagens.

Bertrand (2007) questiona a dualidade entre a Geografia Física e a Geografia Humana. De forma irônica, chama a teoria de Vidal de La Blache de “impossibilismo”, devido à necessidade de métodos claros e objetivos e, principalmente, um distanciamento das influências da natureza. O trauma de um determinismo inspirado nas teorias ratzelianas é uma forte cicatriz no pensamento geográfico, mas, não pode criar áreas intangíveis pela ciência. Resolver o erro é o caminho, não negá-lo.

Para Bertrand, o caminho é a complexidade, em que há o predomínio de uma visão social:

A pesquisa das leis físicas não deve esquecer, que é o sistema de produção e as forças produtivas que dão à natureza sua existência social, ou seja, ao mesmo tempo sua realidade cultural, no sentido mais amplo, e seu potencial econômico. Este postulado fundamenta a teoria social e lhe subordina o método ecológico. Este se encontra como que compartimentado pelo procedimento social. A racionalidade econômica e cultural inclui os esquemas ecológicos e não o inverso (BERTRAND, 2007, p. 114).

A mesma dialética deve se estabelecer na relação da natureza com a sociedade. A natureza deve ser analisada em sua relação com a sociedade e a sociedade em sua relação com a natureza. Nessa dinâmica, a ordem de quem tenciona é importante, pois, em cada um, há processos e formas de agir. Diluir o pensamento em searas epistemológicas não aflora a concepção do todo.

O SER HUMANO/ NATUREZA COMO OBJETO COMPLEXO

Nesse contexto, que a natureza aparece como objeto complexo e o conceito fragmentado começa a se reconstituir. Bertrand (2007) coloca o conceito desta como algo repensado e reformulado, mas, detentor de uma essência, que surge após uma fase como natureza domesticada e uma fase como natureza apagada. O encontro da ecologia com a natureza não a coloca como objeto único dessa ciência, mas é parte de um movimento maior, de um reencontro da ciência, como um todo, a esse conceito.

Nos passos de Edgar Morin, que eu cito: ‘eu estou cada vez mais convencido que a ciência antropossocial precisa articular-se com a ciência da natureza e que esta articulação requer uma reorganização da própria estrutura do saber (BERTRAND, 2007, p. 117).

O desencontro da natureza como natureza, pela Geografia, criou um problema epistemológico, tanto que, vários ramos dessa ciência se tornaram disciplinas independentes. O nível de especialização, que não interconecta as partes criou um discurso imenso para absorção do conteúdo. O estudo se estendeu a uma verticalidade profunda, porém, uma horizontalidade é necessária para completar e dar sentido à especialização, ou melhor, à transversalidade. “É preciso ultrapassar um limite epistemológico maior, aquele que separa as ciências da natureza das ciências sociais” (BERTRAND, 2007, p. 120)

E qual a relação da natureza com a Geografia? A natureza é, primeiramente, espaço, cada vez menos natural e cada vez mais antropizado. O antrópico não se materializa apenas pelas relações sociais, mas nasce das interações entre os sistemas sociais e naturais. Dessa forma, a finalidade social do sistema é o direcionamento para o

estudo da Geografia da natureza, porém, esse estudo não é completo. O ideal é compreender as inter-relações. Nesse ponto, é possível aderir às reflexões à Morin (1991), que propõe a elaboração de um método, que abranja, tanto os aspectos físicos da natureza, quanto os antropossociais, na formação de um método complexo. Segundo o autor, a complexidade é um tecido, que interage com os fenômenos, dentro das suas relações. O pensamento não descarta as incertezas e os problemas que fogem da lógica matemática e não estão apresentados de forma clara, separada e organizada.

Finalmente, daqui resulta que a vida é, não uma substância, mas um fenômeno de auto-eco-organização extraordinariamente complexo que produz autonomia. Desde então, é evidente que os fenômenos antropossociais não poderiam obedecer a princípios de inteligibilidade menos complexos, que os doravante requeridos para os fenômenos naturais. É-nos preciso enfrentar a complexidade antropossocial e não dissolvê-la ou ocultá-la (MORIN, 1991, p.21).

O pensamento complexo pode passar algumas ideias preestabelecidas. Um exemplo, é a ideia de panaceia epistemológica, que junta todas as teorias e as organiza ao interesse do pesquisador e não para a compreensão dos objetos e dos fenômenos como únicos. Outro estereótipo é a utilização da incerteza, assumindo uma incapacidade de explicação detalhada dos fenômenos. No primeiro caso, a complexidade não é um apanhado aleatório de disciplinas, só destaca que não há um método único e universal na ciência. Sendo assim, pode haver um método geográfico, que aborda uma face de um objeto no campo da Geografia, mas, esse objeto não é exclusivo, pode, também, ser analisado por outras ciências, através de outros métodos e, a cada análise, uma nova face surge, o que acrescentaria algo à compreensão, não mais derivado às qualidades ontológicas, mas apresentando-o complexo, que se manifesta de várias formas e que se relaciona com o meio, de várias maneiras. Há, assim, uma incerteza sobre a natureza do objeto, pois se torna múltiplo em um universo de infinitudes. Isso também justifica a segunda afirmação, os objetos não são inexplicáveis, mas explicáveis de várias formas infinitas, que se manifestam de acordo com o olhar metodológico da ciência ou pela simples percepção.

O fato de todo objeto poder ser definido a partir de leis gerais às quais ele é submetido e a partir de unidades elementares pelas quais ele é constituído exclui todas as referências ao observador e ao ambiente, e a referência à organização do objeto só pode ser acessória (MORIN, 1977, p.125).

A natureza como objeto, não está sujeita ao reducionismo. Analisar, de forma a reduzir a escala espacial dos objetos menores, mais simples e homogêneos, apresenta apenas uma face da natureza. Há a necessidade de considerar o objeto, além de metrificações matemáticas e, diferente da ciência clássica, considerar o observador como influente na natureza deste.

PAISAGEM: A MULTIPLICIDADE CONCEITUAL

É antiga a noção de paisagem e a utilização de referências etimológicas que remetem ao termo. Um exemplo está no “livro de Salmos”, manuscrito Bíblico Cristão. No texto, a palavra é usada para referir-se ao conjunto de elementos da cidade de Jerusalém, que ficavam disponíveis à visão do rei. A noção visual e estética foi apropriada pelas artes e pela literatura, até a segunda metade do século XVIII, para representar a manifestação do “belo” da natureza, pelos movimentos artísticos. Por isso, a noção de paisagem foi, por muito tempo, associada ao visual. Na atualidade, o termo ganhou significados diferentes, em distintas áreas. Pintores, geógrafos, geólogos, arquitetos, ecólogos, todos têm uma interpretação própria do que é uma paisagem (METZGER, 2001).

Quanto à utilização nas ciências, Metzger (2001) descreve:

No âmbito científico, a primeira pessoa a introduzir o termo “paisagem” foi um geo-botânico, Alexander von Humboldt, no início do século XIX, no sentido de “característica total de uma região terrestre”. Em 1939, o termo “ecologia de paisagens” foi pela primeira vez empregado pelo biogeógrafo alemão Carl Troll (1899/1975), apenas quatro anos após Tansley (1935) ter introduzido o conceito de “ecossistema (METZGER, 2001, p.2).

O conceito como uma definição naturalista tem proximidade, tanto com a Geografia, quanto com a insurgente ecologia, o que justifica a proximidade do termo entre essas áreas. Porém, naturalizá-lo dentro das disciplinas, sem um alinhamento epistemológico, pode causar confusões.

O primeiro termo para designar paisagem na cultura ocidental moderna foi a palavra alemã *landschaft*, que se refere às unidades territoriais médias, como um pequeno aglomerado humano. Por isso, dentro da Geografia, o termo paisagem (*landschaft*) aparece nas obras clássicas como: “Cosmos” de Alexander Von Humboldt, a “Geografia Comparada” de Carl Ritter e a “Antropogeografia” de Friedrich Ratzel. Os autores utilizam o conceito de paisagem como método e transcrição de dados sobre áreas distintas do planeta. (SCHIER, 2003).

Seguindo os trabalhos de Humboldt, a ciência da paisagem seguiu a metodologia da descrição de forma holística e na comparação das paisagens naturais. Coube a Ritter tentar organizar, em formato de enciclopédia, os levantamentos das paisagens feitos por Humboldt para o desenvolvimento da Geografia comparada, mesmo não sendo o foco de Ritter. Já Ratzel, em sua abordagem territorial já citada, utilizou os conhecimentos de paisagem para o desenvolvimento de sua teoria, esta qual, foi assimilada *pela Landschaftskunde*, “uma ciência das paisagens, considerada sob ótica territorial, ou seja, uma expressão espacial das estruturas da natureza organizada por leis cientificamente observáveis.” (MAXIMIANO, 2004, p.86).

Na França, a palavra *paysage* surge com um sentido próximo do original *landschaft*, apresentando a ideia de um espaço determinado. É na França, onde a palavra se associa à estética. Na Inglaterra, as paisagens eram fechadas e delimitadas por muros. O planejamento dessas paisagens criou a noção de *landscape planning*. (MAXIMIANO, 2004)

Na Rússia, Dokoutchaev, definiu o “Complexo Natural Territorial” (CNT), como uma forma de identificar as estruturas da natureza. Na geografia soviética, a Geografia Física se apropriou dos conceitos de paisagem, para compreender os espaços pela análise geossistêmica e, assim, criar um ordenamento territorial propício para o desenvolvimento do país. Observando-se o seguinte trecho, é possível visualizar como a Geografia soviética abordava a relação da paisagem com o território e os geossistemas:

“O complexo territorial natural (PTK) é a combinação, em uma superfície determinada, de um geoma (litomassa, hidromassa, aeromassa) e de uma biocenose. O PTK enfatiza a dimensão espacial da paisagem. O geossistema é a combinação de um geoma e uma biogeocenose, ao que os efeitos da ação antrópica são adicionados a ela. O geossistema é independente da escala espacial e insiste na natureza global e total da paisagem.” (BERUTCHACHVILI & CLOPES, 1977, s/n)

Assim, o conceito de geossistema surge do conceito de paisagem (*landschaftovedenie*), dentro da Geografia soviética.

Nos Estados Unidos, em 1925, Sauer, referência da escola de Berkeley, trata a paisagem alemã como o foco da Geografia e apresenta a corologia das paisagens como um dos objetivos do estudo dessa ciência. “A tarefa da Geografia é concebida como o estabelecimento de um sistema crítico, que envolva a fenomenologia da paisagem, de modo a captar, em todo o seu significado e cor da variada, a cena terrestre” (SAUER, 1998, p.11). O autor define o conceito de paisagem como: “Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo

tempo, físicas e culturais” (SAUER, 1998, p.23). Ademais, a paisagem está além da concepção estática, mas em processo de transformação constante dentro de uma estrutura sistêmica.

Os conceitos chegam ao Brasil influenciados pelas escolas de Geografia, sobretudo europeias:

As próprias escolas alemã e francesa, que tanto influenciaram a geografia brasileira, são enfáticas em aspectos diferentes. A geografia alemã tem ênfase naturalista, herdada de Humboldt e a francesa enfoca a região, incluindo culturas e sociedades em cada espaço natural. Os geógrafos ingleses desenvolveram uma concepção pragmática de paisagem com a ideia de mosaico, cuja formação se dá pela repetição similar de ecossistemas locais ou usos da terra. Ou seja, um conjunto integrado e repetido de elementos espaciais, caracteriza uma paisagem. Desta forma, pode-se descer à escala de detalhe que desejar, identificando padrões de similaridade da organização do espaço em escalas menores ou maiores (MAXIMIANO, 2004, p.88).

O conceito, ligado a uma materialidade da noção da paisagem visível, se torna a base para trabalhos célebres da Geografia Física como: as Unidades de Relevo, de Aroldo de Azevedo (1949); os Domínios Morfoclimáticos de Aziz Ab’Saber (2003) e as Unidades Geomorfológicas de Jurandir Ross (1985).

PAISAGEM - NATURAL OU CULTURAL

Para Claval (2007), dentro de uma proposta da Geografia Humana, a cultura é a mediação entre o ser humano e a natureza com a paisagem como uma das matrizes desta.

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos (CLAVAL, 2007, p.14).

De forma curiosa, Claval aborda a questão da paisagem cultural atribuída à Geografia francesa com ligação à antropogeografia de Ratzel. Para Claval, Ratzel tem uma concepção voltada à mobilidade e ao deslocamento aos seus estudos sobre a materialidade dos artefatos, utilizados nas formas do ser humano em dominar o espaço. Seguindo os passos da Geografia alemã, Otto Sculüter trabalha a paisagem como o objeto da Geografia Humana, pois é modelada, tanto pelas forças da natureza, quanto pelas forças humanas (CLAVAL, 2007). A *landschaft*, que significa, em alemão, tanto paisagem, quanto região, é o objeto da *Landschaftskunde* (termo usado, frequentemente, como sinônimo de Geografia). Claval (2007) cita outros autores, como Meitzen e Hahn,

que continuaram a estudar os aspectos materiais da cultura e a tradução da paisagem, de certa forma, ignorando as dimensões sociais e psicológicas. Também aponta que, na França, para Vidal de La Blache, a paisagem participa do conceito de cultura, pois é aí que está a humanização a interposição entre o ser humano e a natureza.

Schier (2004) atribui a Siegfried Passarge a utilização do termo “Geografia da Paisagem”, pois propôs, desde 1913, em várias obras, o conceito de “ciência da paisagem”. Para Schier (2004), Hettner apresenta uma divisão da Geografia dentro de uma perspectiva kantiana, a qual o conceito de paisagem é abordado dentro de uma abordagem nomotética comparativa:

O grande organizador deste conhecimento, todavia, foi Alfred Hettner, que compõe a geografia em três perspectivas, todas de origem kantiana: a geografia geral (dividida em várias disciplinas como geomorfologia, geografia climática, geografia dos solos, geografia econômica, etc.), a geografia nomotética e a geografia idiográfica, os dois últimos fazendo parte da geografia regional. A perspectiva nomotética trabalha os assuntos em forma comparativa, estabelecendo uma tipologia de paisagem conforme determinados critérios, enquanto a perspectiva idiográfica focaliza no conjunto específico de uma única paisagem, buscando entender como ela se organiza internamente. Para Hettner, a geografia deveria ser ao mesmo tempo física e humana (SCHIER, 2004, p. 83).

Além disso, conclui, descrevendo a seguinte diferenciação da paisagem na Geografia Física e na Geografia Humana:

Mas paralelamente continua a diferença na interpretação da paisagem. Enquanto na geografia física prevalece um entendimento da paisagem como sistema ecológico, a geografia humana aponta mais numa abordagem interpretativa. Abre-se, desta forma, uma dialética entre o concreto e o abstrato, de novo ao longo da questão do entendimento da paisagem, seja em termos materiais ou de significação. Entendemos que essa diferença é necessária e benéfica, uma vez que cada fenômeno requer uma análise específica para cada nível de interpretação (SCHIER, 2004, p.84)

O que pode acontecer é uma abordagem dicotômica da paisagem, que contrapõe e inviabiliza uma abordagem dialética. Será que a paisagem nos dois campos da Geografia é tão diferente ou é uma questão de perspectiva? A tensão entre os aspectos naturais e sociais tensionam a paisagem para uma mobilidade que estabelece várias percepções, tanto materiais, quanto ideais.

A proposta é que, tanto a paisagem natural, quanto à paisagem cultural são manifestações de um sistema complexo paisagístico, que é captado por um observador, que também o integra. Nesse ponto, a complexidade apresenta duas entradas para a compreensão do sistema: uma física (natural) e outra antropossocial (cultural), que são

observadas por um metaponto de visão, que considera as duas entradas. Isso forma um circuito recursivo, que relaciona aspectos sociais a natureza e relaciona aspectos naturais à sociedade. Observar a paisagem pelo conjunto de elementos naturais e técnicos que a compõem expressa o estudo de uma paisagem estática, que não tem movimento. É uma simples descrição do que é captado pelos olhos humanos. A paisagem não se restringe à dicotomia natural ou cultural, mas, apresenta a síntese desta relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PARALAXE DA PAISAGEM OU PAISAGEM COMO PARALAXE

Após a reflexão sobre a paisagem e a percepção como polissêmica, propõe-se que seja abordada como um complexo de duas tempo-espacialidades distintas e sobreposta de uma espacialidade objetiva e captada por um observador. A primeira camada é a entrada natural (física), aquela que compreende os geossistemas e as relações ontológicas da natureza e integra os seres humanos como parte da natureza. A segunda camada é a entrada social (antropossocial), que compreende os seres humanos como seres sociais, produtor (reprodutor) de território e territorialidade, a qual se manifesta na materialidade dos objetos, porém, também se manifesta em concepções idealistas. As duas percepções são uma parte da totalidade, que é captada por um observador. A paisagem como uma totalidade objetiva se torna espaço, porém, a percepção por um observador a torna paisagem.

O ritmo das camadas é diferente. Enquanto a entrada natural trabalha com os tempos geológicos, a entrada social trabalha com o tempo histórico. A velocidade dos tempos criam movimentos simultâneos para o observador, mas têm consequências complexas na rugosidade do espaço. A dissonância temporal se transforma em problema, ao passo que as modificações sociais trabalham em uma velocidade maior que a da recuperação da natureza, rompendo o limite de resiliência, tanto temporal, quanto espacial.

Surge uma dialética espaço-temporal entre a entrada natural e a entrada social na formação de uma paisagem complexa. A imensidão dimensional do objeto transpassa a capacidade metodológica. Para criar uma especificidade, é necessário desenvolver o ponto de visão. O “local” de onde o observador observará. Não é um ponto onde cada pessoa observará, de acordo com as especificações históricas e culturais e, nem mesmo, um ponto neutro, mas erguido em uma estrutura de percepção que reduza a incerteza, a

qual não será negada, mas reduzida. Como a visão do todo se torna impraticável a nível técnico, o desenvolvimento de uma metavisão complexa só é possível na reflexão da unidade com o todo.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AZEVEDO, A. **O planalto brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo**. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 2, p. 43-50, julho de 1949.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.

BEROUTCHACHVILI, N., CLOPES, J. M. P. **Tendencia actual de la ciencia del paisaje en la Unión Soviética: El estudio de los geosistemas en la estación de Martkopi (Georgia)**. *Revista de Geografía*, Barcelona. v. 11, n. 1-2, p. 23-36, 1977.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Coleção biblioteca 70 - Edições70, Lisboa, 2006.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOIKE, K. **Aspectos da Physis grega**. *Revista Perspectiva Filosófica - Volume VI - nº 12 - Jul.-Dez.1999*.

MOREIRA, R. **Geografia e Praxis**. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. R. RA'É GA, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR.

METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** *Biota Neotropica*, Campinas/SP, v1, n1/2, ISSN 1676-0611, Dez.2001.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 2ed. São Paulo: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, E. **O Método I: A natureza da natureza**. 2ª ed. Tradução: M. G. de Bragança. Portugal, Europa – América, 1977.

PLATÃO. **A teoria das ideias**. São Paulo. Hunter books 2013.

RODRIGUES, J C; RODRIGUES, J C. **Relação Sociedade-Natureza No Pensamento Geográfico: Reflexões Epistemológicas**. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Volume 27, p. 211-232, 2014.

ROSS, J. **Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação**. *Revista do Departamento de Geografia* 4: 25-39, 1985.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCHMIDT, A. **El concepto de naturaleza en Marx.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia.** R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COMPLEXITY AS A LANDSCAPE UNDERSTANDING METHOD: THE PARALAX BETWEEN HUMAN BEING AND NATURE

ABSTRACT

This article aims to present a discussion on aspects of the landscape category in some moments of geography, to align the concept within a complex thought. In order to arrive at the result, a bibliographical review of the concept of landscape was carried out, in addition to a deepening of the relationship between human beings and nature to establish a conceptual basis on these two themes present in the discussion on landscape. The conclusion was reached that through complexity it is possible to use a concept of polysemic landscape with two entries with different temporalities: one from the time of nature (physical) and one of human time (anthroposical). The landscape is the result of the parallax of the multitemporal movements of these two entrances and which is captured by an observer.

Keywords: Landscape, method, human being, nature.

COMPLEJIDAD COMO MÉTODO DE ENTENDIMIENTO DEL PAISAJE: EL PARALAXIO ENTRE EL SER HUMANO Y LA NATURALEZA

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una discusión sobre aspectos de la categoría de paisaje en algunos momentos de la geografía, para alinear el concepto dentro de un pensamiento complejo. Para llegar al resultado, se realizó una revisión bibliográfica del concepto de paisaje, además de profundizar la relación entre los seres humanos y la naturaleza para establecer una base conceptual sobre estos dos temas presentes en la discusión sobre el paisaje. Se llegó a la conclusión de que, a través de la complejidad, es posible utilizar un concepto de paisaje polisémico con dos entradas con diferentes temporalidades: una del tiempo de la naturaleza (física) y otra del tiempo humano (antroposía). El paisaje es el resultado de la paralaje de los movimientos multitemporales de estas dos entradas y que es capturado por un observador.

Palabras-clave: Paisaje, método, ser humano, naturaleza.

Recebimento: 09/2019

Aceite: 12/2019